

## Tecendo a democracia – Reforma universitária, governo e movimentos sociais

**Pedro Barbosa Mendes**

Será a universidade a nova fábrica? Se, por um lado, a analogia entre a universidade e a fábrica serve para assinalar o papel primordial que as universidades desempenham no capitalismo cognitivo, papel que na época do capitalismo industrial era desempenhado pelas fábricas, ela deve, não obstante, vir acompanhada de algumas ressalvas, especialmente no que se refere à produção de conhecimentos como formas diferentes das mercadorias. Outro ponto importante a destacar é o diferente papel que a manipulação de saberes e a produção de subjetividades desempenha em uma e em outra e qual o impacto disso no horizonte da autonomia do trabalho vivo.

Se outrora a força de trabalho necessitava dos meios materiais (expressos pelo trabalho morto) para operar a produção de mercadorias homogêneas, agora, ao menos tendencialmente, os trabalhadores são os possuidores, ou melhor, são eles próprios os sujeitos da produção enquanto produção de vida e de conhecimento através da manipulação de saberes.

No entanto, conforme a luta pelo acesso à universidade deixa claro, se a multidão já pode visualizar no horizonte algum grau de autonomia, a precarização do trabalho vivo reintroduz a questão material de outra maneira, fundamentalmente nova.

A produção, para ser realizada, precisa se amparar em uma ampla rede de sujeitos imediatamente produtivos que, por sua vez, apóiam-se em sua própria vida (corpos, saberes, relações sociais, memórias afetivas etc.) e na cidadania (direitos sociais) para criar o novo. Portanto, essa produção mobiliza, na forma de redes colaborativas, o conjunto das potencialidades e das singularidades de cada sujeito. Essas características, todas reunidas e combinadas de maneira única, é que tornam possível a produção.

A questão passa a ser, com efeito, como dotar esse sujeito multitudinário de elementos para que ele atualize cada vez mais suas virtualidades produtivas. Em outras palavras, como adequar e construir uma cidadania voltada para a produção autônoma da multidão de precários. É nesse sentido que a luta por direitos sociais se apresenta como uma luta imediatamente produtiva e, portanto, material.

Por outro lado, “a mistura de antigas e novas formas de informalidade e flexibilidade impõe, no caso brasileiro, oportunas traduções das contribuições teóricas baseadas nas transformações materiais das economias centrais. (...) Por um lado, pelo fato de que a relação salarial de tipo fabril só envolve porções restritas da população brasileira; por outro, pelo fato de que, menos no caso (importantíssimo, mas restrito) do grande ABC paulista, ter acesso à relação salarial de tipo fabril não foi garantia de acesso material aos direitos, ou seja, de uma verdadeira inserção cidadã dos ‘trabalhadores’” (Cocco, 2001).

Nesse sentido, se pretendermos constituir uma cidadania pós-industrial, a analogia com a fábrica torna o problema ainda mais nebuloso, uma vez que, no Brasil, a maldição do trabalho assalariado representa, paradoxalmente, um privilégio de poucos.

No entanto, também de forma paradoxal, o esgotamento dramático do processo de desenvolvimento brasileiro abre, por sua vez, a possibilidade de romper com a linearidade da noção capitalista de progresso, possibilitando um salto rumo a uma outra temporalidade, expressa na forma de uma cidadania pós-industrial e uma democracia constituída, sobretudo, pelos movimentos sociais e os muitos desorganizados que compõem a multidão brasileira. Não há, portanto, nenhum estágio objetivo de desenvolvimento, o que permite ao Brasil, em contraste com muitos países europeus, romper mais facilmente com constrangimentos de ordem desenvolvimentista.

Aceitar o devir da multidão como classe social não-operária implica, por conseguinte, construir, ao menos no caso brasileiro, uma extensa rede de direitos que proporcionem uma garantia material real para a massa de trabalhadores precários, dos quais o acesso à universidade é apenas um, conquanto seja um dos mais importantes. Ao mesmo tempo, o que poderia parecer um obstáculo – a cidadania precária do trabalhador brasileiro e a extrema pobreza – abre ao país (e à multidão enquanto “produtora das bifurcações do tempo”<sup>33</sup>) uma possibilidade real de constituir seu próprio tempo ético, atirando-o diretamente do passado da dependência ao futuro dos novos direitos sociais e da constituição do comum: esse futuro é o devir da multidão!

## **No Brasil**

Marcado pela desigualdade e pelas reformas feitas de cima para baixo, o Brasil conta com um percentual de estudantes universitários que só agora ul-

---

33 Cf. Antonio Negri, *Cinco lições sobre Império*, 2003.

trapassa os 10% da população jovem (em idade universitária), sendo que, destes, a grande maioria estuda em instituições privadas tão heterogêneas entre si no tocante à arquitetura curricular e à estrutura disponibilizada que muitas sequer merecem o nome de universidade (Almeida Filho, 2007).

Para além do óbvio choque que provoca, essa informação serve também para ressaltar a barreira clara que impede a tomada da universidade como paradigma principal em qualquer cenário produtivo que tenha o Brasil como universo. Ademais, demonstra o estado da arte dos direitos sociais em um dos maiores países do mundo e uma das grandes economias emergentes.

Não obstante, a universidade tem desempenhado um papel de centro de excelência em produção de conhecimentos e tecnologia avançada para certos arranjos produtivos em uma clara vinculação com a questão nacional que ainda caracteriza a formação autóctone. Empresas como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Embraer e o assim chamado “agro-negócio” têm desfrutado enormemente das pesquisas desenvolvidas e da produção universitária de ponta.

Por outro lado, uma série de reformas inovadoras incorporadas à agenda de governo durante os dois mandatos do presidente Lula reintroduziram a questão urgente da democratização do ensino universitário no Brasil.

### **Pequeno retrato da universidade brasileira**

O Brasil possui aproximadamente 190 milhões de habitantes. Destes, cerca de 10% é de jovens entre 19 e 24 anos de idade<sup>34</sup>, o que equivale a mais ou menos 19 milhões de pessoas em idade universitária.

No entanto, atualmente, algo em torno de três milhões de pessoas têm acesso ao ensino universitário<sup>35</sup> (presencial). E, dentre estas, apenas um oitavo (1/8) encontra-se em universidades públicas (federais, estaduais e municipais). Esse valor seria de aproximadamente 350 mil pessoas<sup>36</sup>.

É digna de nota, ainda, a existência de um milhão e 350 mil vagas ociosas em instituições brasileiras, sendo a grande maioria em instituições privadas. Mas, trataremos desse assunto mais adiante, no tópico sobre as reformas implementadas atualmente.

---

34 Dados disponíveis em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao\\_jovem\\_brasil/comentario1.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/comentario1.pdf). Acesso em: 25/05/2009.

35 [http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo\\_tecnico\\_2007.pdf](http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo_tecnico_2007.pdf). Acesso em: 25/05/2009.

36 Estimativa para o final do ano de 2008, feita com base nos números apresentados pelo IBGE e pelo INEP e suas respectivas taxas de crescimento.

## O “bacharel” e a formação da elite nacional

As universidades brasileiras, grosso modo, ainda apresentam uma arquitetura curricular e estrutura acadêmica inspiradas em suas congêneres européias do século XIX (Chauí, 2001; Almeida Filho, 2007).

Implantadas ao longo do séc. XX como meios de garantir uma formação para a elite nacional brasileira, na forma da construção de uma elite qualificada, essas instituições nunca passaram por reformas abrangentes que as modernizassem ou, pelo menos, as adaptassem às realidades locais e/ou regionais. Atravessaram grande parte do séc. XX imunes às pressões e às lutas por democracia, e só conheceram reformas (inacabadas algumas, frustradas outras) feitas de cima para baixo, seja durante o período de ditadura militar, seja durante a hegemonia neoliberal que marcou o país na década de 90 do século passado.

Nesse sentido, as reformas e a abertura promovida pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, ele próprio um intelectual da academia, visaram à abertura do ensino universitário à iniciativa privada e à “solução” do problema da grande massa de jovens sem acesso à universidade pela via do mercado, ou seja, pela expansão das vagas em instituições particulares. A esse respeito, convém lembrar ainda que a principal fonte de legitimidade dessa reforma derivou do bloco de biopoder formado em torno de uma elite branca que resiste a qualquer proposta de abertura (publicização) da universidade brasileira.

Para piorar a situação, no tocante ao modelo universitário, pode-se perceber, no Brasil, uma organização acadêmica e um desenho institucional que são verdadeiros emaranhados de estruturas que se sobrepõem umas às outras sem que nenhuma delas funcione satisfatoriamente. Prova disso é a existência, no currículo, de titulações repetidas, incoerentes e, até mesmo, conflitantes, originadas em diferentes momentos históricos (e seguindo diferentes modelos) e implementadas sem a mínima coerência nas poucas tentativas de reformas que essas instituições conheceram (Almeida Filho, 2007).

Por outro lado, e ainda mais grave, o ensino universitário brasileiro permaneceu todo esse tempo como um mecanismo de formação de uma elite nacional. A figura do “bacharel”, imortalizada por Gilberto Freyre em seus clássicos sobre a formação nacional e, em especial, em “Sobrados e Mucambos”, que trata do declínio do patriarcado rural e da ascensão do meio urbano na realidade brasileira, ilustra bem as características distintivas de uma figura que sempre esteve ligada ao reconhecimento da autoridade e da hierarquia, mais até que ao conhecimento e à produção de saberes.

O bacharel e, por extensão, a formação que garante o acesso ao título, funcionou e, em grande medida, ainda funciona, (quase) como um título de nobreza, outorgando a seu possuidor a aura de um aristocrata dos trópicos, coisa que, de fato, nunca existiu no Brasil<sup>37</sup>. A universidade desempenhou, dessa forma, o papel de instituição que homologava títulos de cidadania aos privilegiados que conseguiam acessar seus serviços e recursos altamente exclusivos.

A figura do “bacharel”, no entanto, não retira seu impacto apenas daí. Ela revela também o conflito social subjacente à própria formação da sociedade brasileira. Se, como foi dito, o bacharel representava os ideais de nobreza de uma elite ébria de poder e sedenta por distinção, também é verdade que ele teve sua função subvertida pelos mulatos e mestiços, que buscavam ascensão/inserção social.

De maneira extremamente hábil, os poucos negros e mulatos que conseguiram transpor os obstáculos relativos ao acesso à universidade, utilizaram os títulos de bacharel para abrir caminhos em uma sociedade marcada pela segregação material e pela discriminação racial. Em sua luta por mobilidade social e acesso aos direitos, lutaram para ingressar no mundo privilegiado da cidadania branca através do título de nobreza que a formação universitária garantia e representava.

Neste sentido, se para a elite nacional a universidade sempre representou um local privilegiado para sua reprodução e qualificação enquanto condutora dos rumos da nação, para o mulato (e mestiços), ao contrário, ela representava a porta de entrada para um universo de cidadania e direitos.

Com efeito, é importante ressaltar que, embora a universidade brasileira ainda seja marcada por um forte viés de privilégio e exclusão, ela foi palco e plataforma para o lançamento de grandes mobilizações por democracia e por transformações na sociedade brasileira que visavam a uma efetiva publicização do espaço público, desde a resistência à ditadura e as lutas que marcaram seu fim até os protestos que culminaram com o impeachment do primeiro presidente eleito democraticamente após trinta anos.

Isto se deve, muito provavelmente, à entrada em cena dos novos sujeitos sociais que surgiram em torno da guinada imaterial do trabalho contemporâneo, marcado por uma nova função (hegemônica) do saber e uma atualização da re-

---

37 É particularmente marcante, nesse sentido, a (absurda) concessão, no Brasil, de “prisão especial” para os possuidores de diplomas universitários; algo que, conforme sustentamos, está ligado ao reconhecimento de uma rígida hierarquia social. Cf., a esse respeito, o artigo 295 do Código de Processo Penal brasileiro. Para a relação entre “prisão especial” e privilégios que remontam ao Império, embora sob outra perspectiva que a atualmente adotada, cf. Francisco de Assis Toledo, *Prisão especial: direito ou privilégio?* (2001, p. 64-72).

lação deste com o poder. O ano de 1968 representa, nesse sentido, um marco na ruptura com uma organização eminentemente fabril da sociedade e assinala a emergência de uma nova forma de produção – e dos novos sujeitos a ela relacionados – amparada (ao menos tendencialmente) nas esferas do conhecimento, ou, nas palavras de Marx, no *General Intellect*.

### A “crise” da universidade

A universidade brasileira atravessa atualmente sua maior crise, marcada pela contestação daqueles que estão fora e querem entrar e, em parte, daqueles que estão dentro e querem garantir seu privilégio de classe, se assim se pode dizer. No entanto, fazem-se necessários alguns esclarecimentos a esse respeito.

A crise que atinge a universidade brasileira atualmente não é do mesmo tipo que a de suas congêneres européias. A questão principal no Brasil consiste em sua expansão e abertura aos muitos que estão fora dela. Nesse sentido, poderia trabalhar aqui com outro conceito, mas a categoria de crise assinala e potencializa, sobretudo, as diferenças que a reforma universitária brasileira assume em face do processo (de Bolonha) europeu. Por outro lado, refiro-me à crise também para apontar o conflito em torno das atuais propostas de mudança e, em especial, as violentas (e elitistas) reações que elas suscitam.

Falar de crise significa, portanto, falar do declínio de um modelo anacrônico e ultrapassado de difusão/concentração do conhecimento. Implica falar, sobretudo, nas “dores do parto” de um novo modelo de universidade mais rico, múltiplo e com menos barreiras, tanto no tocante ao conhecimento (modelo disciplinar) quanto às barreiras sociais erguidas (impostas) com o intuito de conter os muitos.

Segundo Negri (2003):

*As massas, a multidão, afirmam a centralidade da temporalidade enquanto abertura irresolúvel de uma crise entre, de um lado, o tempo da propriedade, consolidado e fechado, e, do outro, o tempo do trabalho que se libera, indeterminado e aberto. A Revolução como crise permite apreender as dimensões antagônicas do tempo entre o tempo reacionário, fechado, da inércia do passado, e o tempo revolucionário que constitui o futuro porque produz nova riqueza e nova humanidade.*

A crise, conforme foi dito, diz respeito ao movimento de democratização da universidade, por um lado, e à feroz “resistência” que ele enfrenta, tanto da elite reacionária, ciosa em manter seus privilégios, quanto da esquerda corporativista, que luta para manter o controle dos aparelhos burocráticos que asseguram

sua reprodução, conforme veremos mais adiante, ao tratarmos do conteúdo das reformas propriamente ditas.

Esse setor da esquerda, de viés extremamente conservador, apela continuamente à idéia de revolução para barrar toda e qualquer mudança. Para o lugar do mal, encarnado pelo neoliberalismo e sua dinâmica onipotente e onipresente, propõe uma noção de bem que remete a uma revolução abstrata, dissociada da efetiva prática antagonista e eternamente postergada.

Um último elemento a se considerar e que, de certa forma, já está colocado, consiste no atravessamento que perpassa o governo Lula. Se, por um lado, os movimentos que o atravessam são essenciais para imprimir uma dinâmica mais democrática ao processo, por outro, muito deles acabam por carregar para dentro do governo toda uma série de impasses e contradições que dizem respeito a uma lógica desenvolvimentista e corporativista (principalmente na esquerda e, o que é mais problemático, nas próprias bases de sustentação do governo). Refiro-me aqui, em particular, a algumas dinâmicas de movimentos no interior do PT, e ao MST que, embora apóiem o governo Lula a maior parte do tempo, inclusive fazendo cobranças e tecendo críticas, escorregam aqui e ali em postulações de inspiração nacional-desenvolvimentista. Nesse sentido, a abertura do governo Lula aos movimentos sociais representa, ao mesmo tempo, sua enorme fonte de riqueza e democracia e, paradoxalmente, também uma de suas fraquezas.

Isso se torna mais claro se analisarmos a dinâmica política do governo Lula, governo montado e conduzido sob a forma de uma coalizão que lhe garante maioria bastante instável no congresso. É sob essa perspectiva mais ampla que a falta de retorno ao apoio que o governo muitas vezes tem oferecido aos movimentos sociais pode ser compreendida como um problema<sup>38</sup>. Pois, além dos limites óbvios que um tal modo de governar impõem, a ausência (quando não a oposição) dos movimentos em algumas das lutas travadas pelo governo deixam-no ainda mais vulnerável.

Nesse sentido, os muitos desorganizados têm desempenhado, em alguns casos, o papel que se esperava fosse dos movimentos organizados<sup>39</sup>.

---

38 Podemos citar, a esse respeito, a oposição sistemática que setores do PT e do MST têm feito ao Programa Bolsa Família – a política social de maior sucesso do governo Lula – por motivos que vão do corporativismo ao saudosismo (em relação ao pleno emprego que, paradoxalmente, nunca ocorreu no Brasil).

39 É digno de nota o papel desempenhado pela multidão de precários no decorrer da crise que abalou o governo Lula em 2005, quando, em sua defesa, se colocou contra alguns setores do próprio PT, constituindo o principal elemento de resistência e de suporte ao governo.

## As reformas

A reforma atual é fruto das lutas e das reivindicações da nova multidão: negros, pobres, indígenas e precários em geral que, identificando no governo Lula um interlocutor e um igual, retomaram a luta por democracia também nesse que é um dos principais feudos da elite neo-escravagista brasileira. É digna de nota, nesse sentido, a participação do Movimento dos Sem-Universidade (MSU), de São Paulo. Foi deles a proposta de ação afirmativa que acabou se transformando no PROUNI (Programa Universidade para Todos).

Outra rede importante no tocante às reformas é a rede de pré-vestibulares para negros e pobres (da qual o PVNC e o Educafro constituem importantes exemplos), que embasou grande parte das propostas de ações afirmativas (cotas para pobres, negros e índios). Esses movimentos, que deixaram de constituir uma multidão organizada em razão da concretização das reformas que pretendiam, ainda atuam de forma difusa (e muitas vezes errática) na luta pelo estabelecimento e pela preservação dos direitos conquistados, como aconteceu há poucos dias quando, no Estado do Rio de Janeiro, a lei que garantia as cotas foi suspensa pela mais alta corte estadual<sup>40</sup>.

Com efeito, a multidão de precários (informais, negros, mulatos, pobres etc.) é extremamente rica em produção de formas de vida e de saberes que aqui chamaremos “indisciplinados”, lutando para desencadear o processo em um primeiro momento e ajudando a garantir sua implantação quando as reformas ganharam contornos reais. Por outro lado, a abertura do governo Lula aos movimentos sociais organizados (e desorganizados) em torno do acesso aos direitos e o atravessamento promovido por estes suscita produções múltiplas (muitas vezes, até, divergentes), fazendo com que, de alguma forma, a solução para a equação democrática passe por ações que reconheçam uma multiplicidade de direitos.

Some-se a isso a existência, no interior da universidade, de iniciativas transversais de contestação da divisão social que a caracteriza e atravessa. Nesse sentido, alguns movimentos inovadores têm questionado na prática tanto a exclusão que marca o ensino universitário quanto a compartimentalização e separação disciplinar que submete os saberes socialmente produzidos.

---

40 Essa decisão pode ser interpretada como um trágico exemplo de atualidade da figura freyreana do “bacharel”. Altamente contestável, tanto do ponto de vista ético quanto jurídico, ela revogou, por meio de liminar concedida após sete anos, a lei estadual que implementava o regime de cotas nas universidades do Rio de Janeiro. Cf., a esse respeito, a entrevista com o reitor da UERJ em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/05/26/materia.2009-05-26.8963993873/view>. Acesso em 30/05/09.

Recentemente, uma ampla reforma das instituições acadêmicas e de pesquisa foi posta em curso, reconhecendo e valorizando uma série de demandas dos movimentos sociais. Essa reforma, parte de uma ainda mais ampla e abrangente denominada PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação – visa promover uma autêntica revolução no ensino brasileiro. Atenhamo-nos, no entanto, à parte que ora nos interessa, a referente à abertura da universidade aos muitos e sua adequação aos novos ventos do trabalho imaterial.

No tocante ao acesso à universidade, essa reforma visa promovê-lo de três maneiras diferentes. A primeira delas é através das cotas para estudantes de escolas públicas (as quais incluem cotas raciais), que visam instituir mecanismos de acesso à universidade que levem em consideração a situação de extrema desigualdade social e que restabeleçam a ligação entre a escola e a universidade públicas. Elas foram criadas, a princípio, a partir de iniciativas dispersas em algumas Universidades Brasil afora. Com a ascensão do governo Lula, as cotas tornaram-se política de governo e ganharam uma formatação sistemática, na forma de uma lei federal, que ainda aguarda para ser votada no congresso nacional.

Por outro lado, desde sua implantação pontual em universidades públicas, foram alvo de grande resistência por parte da elite e daqueles que negam o racismo com base em argumentos anti-racialistas, sendo, inclusive, alvo de grande número de ações contestatórias na justiça.

Nesse sentido, embora sejam apontadas como uma tentativa de racializar as relações sociais, as cotas foram desenvolvidas com o intuito de fazer frente a uma realidade social racista que, mesmo não se sustentando em bases científicas, é amplamente difundida em nossa sociedade. A esse respeito, deve-se argumentar que elas não dizem respeito à idéia de raça, mas ao racismo, ao preconceito baseado na cor. Materialmente, elas se baseiam na existência, sempre negada, de um fosso que separa negros, mulatos e demais mestiços dos brancos brasileiros no tocante à cidadania, à renda e ao acesso aos direitos<sup>41</sup>.

Na prática, as ações afirmativas como um todo, e as cotas, em particular, servem para garantir que a multidão produtiva não seja resumida pelo discurso da elite a um único matiz de cinza (o mestiço) que, enquanto serve de propaganda para a propalada democracia racial, nega sistematicamente a potência produtiva do arco-íris de cores, culturas e desejos que caracteriza a sociedade brasileira.

---

41 Basta lembrar que, quanto mais pobre a parcela da população (e, portanto, com menor acesso aos direitos), maior o percentual de negros em sua composição. Para este e outros dados relativos à desigualdade relacionada à cor da pele, cf. Henriques, Ricardo. *Desigualdade Racial no Brasil. Evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

*A liberdade da multidão pressupõe a igualdade como condição de seu exercício e, por isso, precisa produzir uma cidadania material que só pode existir na medida em que não haja nenhuma separação entre o sujeito e o exercício da soberania. A liberdade é, assim, o exercício da multiplicidade, das singularidades. A mestiçagem forma um infinito arco-íris e a multidão, para se reconhecer enquanto tal, produz ações afirmativas que rompem as correlações perversas que ligam o racismo à desigualdade. Nesse sentido, a cidadania da multidão só pode ser material e, desse modo, universal (Manifesto da Rede Universidade Nômade, 2004).*

Não se deve esquecer ainda, como parte integrante das ações afirmativas, a exigência por investimentos que subsidiem os estudantes mais pobres durante o período de seus estudos universitários, algo que poderíamos chamar de “direito à permanência”.

Um segundo modelo de ação afirmativa desenvolvido pelo governo Lula atende pelo nome de PROUNI – Programa Universidade para Todos – e introduz a temática das cotas nas universidades e faculdades particulares. Através de mecanismos de renúncia fiscal, essas instituições assumem o compromisso de conceder bolsas de estudo para estudantes de baixa renda saídos de escolas públicas de ensino fundamental e médio que, no Brasil, são de qualidade bem pior que as particulares. Dessa maneira, para fazerem jus ao estatuto de “instituições filantrópicas” que a constituição brasileira garante a algumas categorias de instituições universitárias, as universidades particulares devem se comprometer a conceder bolsas de ensino para os estudantes pobres e/ou oriundos de escolas públicas.

Um problema que o governo e os movimentos vêm enfrentando, nessa área, é o fato das universidades particulares se recusarem a abrir vagas nos cursos mais rentáveis e com maior prestígio social – como medicina, direito e comunicação –, como se as verbas que financiam essas bolsas (através dos mecanismos de renúncia fiscal) fossem também elas, privadas. Recentemente, o governo, através do Ministério da Educação, deu um grande passo nessa direção e obrigou as universidades a concederem bolsas também nesses cursos, o que consistiu uma importante vitória.

Há ainda o compromisso assumido pelo governo de ocupar as vagas ociosas nas universidades e faculdades particulares através da concessão de bolsas para os estudantes de baixa renda, também através do programa.

Ressalte-se ainda, que desde seu início, o PROUNI vem crescendo ano a ano e já está quase alcançando (em número de vagas) as próprias universidades federais; o que representa, conforme tentamos demonstrar, um movimento

progressivo de ‘publicização’ das universidades brasileiras, tanto das públicas, quanto das particulares.

Por causa de seu crescente impacto simbólico e material, as cotas são provavelmente a principal inovação introduzida pelo governo Lula no âmbito da educação universitária no Brasil. No entanto, no longo prazo, o reduzido número de vagas em instituições públicas de ensino universitário constitui um forte entrave à sua universalização.

Nesse sentido, a segunda e provavelmente principal medida de acesso à universidade talvez seja o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade, ou simplesmente REUNI, conforme é chamado. O REUNI como objetivo declarado aumentar de forma maciça o número de vagas nas universidades federais brasileiras, o que, em termos concretos, significa aumentar em 120% esse valor, ou seja, mais que dobrar o número de vagas em um prazo de cinco anos (até 2012), além de garantir a permanência dos estudantes através de políticas voltadas à assistência estudantil (combate à evasão).

Para aumentar o número de vagas estão sendo criadas novas universidades federais, novas unidades em universidades já existentes, com especial ênfase em grandes cidades pelo interior do país, novos cursos e horários de cursos onde houver infra-estrutura disponível, incentivo financeiro à expansão da infra-estrutura universitária e realização de concursos para contratação de novos professores.

Além dessas medidas, que podemos chamar de quantitativas, o REUNI possui um plano de apoio que visa incentivar a reforma da arquitetura curricular nas universidades. Esse é, talvez, o ponto mais polêmico do projeto, por mexer na estrutura das instituições e confrontar uma série de privilégios corporativos altamente anacrônicos.

O projeto, nesse sentido, retoma e busca desenvolver o modelo de reforma universitária que ficou conhecido no Brasil e, acredito, no exterior, como Universidade Nova. A Universidade Nova foi desenvolvida inicialmente na Bahia (UFBA) e teve imediatamente a adesão de outras duas universidades, em Brasília (UNB) e São Paulo (UNIFESP). Paralelamente, essas três instituições foram pioneiras também na adesão às cotas como mecanismo de entrada na universidade, junto da UERJ (do Rio de Janeiro).

No entanto, após sofrerem uma série de ataques articulados pelo bloco biopolítico de poder – a elite racista, a mídia e os sindicatos corporativistas – dois dos reitores dessas universidades (UNB e UNIFESP) foram removidos de seus postos envolvidos em nebulosas acusações de corrupção.

Voltando, no entanto, ao modelo da Universidade Nova, ele consiste basicamente em uma crítica do modelo disciplinar e propõe, para o seu lugar, uma formação universitária por grandes áreas do conhecimento. Com isso, o jovem estudante que acabou de entrar na universidade fica desobrigado de escolher, aos dezoito anos de idade, quando não mais cedo, a profissão que quer para si durante o resto de sua vida.

Outra vantagem é que esse modelo de arquitetura curricular permite aos que quiserem seguir carreira acadêmica ou relacionada à pesquisa, pular algumas etapas voltadas à profissionalização, otimizando a formação universitária e evitando (como é o caso atual) a repetição e o entrelaçamento das diferentes etapas do ensino universitário. Paralelamente, ele incentiva, ainda, o trânsito entre as diferentes áreas, a experimentação e a autoformação, como maneiras de reforçar nos jovens a iniciativa e a busca por autonomia.

Por último, o governo Lula implementou recentemente um concurso único de seleção para as universidades federais e demais universidades públicas interessadas. O concurso, cuja adesão não é obrigatória, visa substituir o vestibular por formas de avaliação que privilegiem menos a incorporação de conteúdos e mais a capacidade de pensamento e de raciocínio crítico, com óbvios impactos para o ensino médio brasileiro, todo organizado em função da prova de vestibular.

Com efeito, o vestibular se constituiu em um dispositivo de seleção social, pois, ao enfatizar a quantidade de conteúdo em detrimento da qualidade, deixa de fora uma grande leva de estudantes extremamente capazes, mas que não possuem recursos para estudar nas melhores escolas. Ademais, por conta disso, o vestibular se transformou em uma verdadeira indústria do concurso, com a multiplicação de instituições especializadas em preparar os adolescentes para a prova, os chamados cursinhos pré-vestibulares, dos quais as redes de pré-vestibulares comunitários foram a resposta solidária e colaborativa da multidão.

## **Críticas**

Apesar de todas essas iniciativas, é necessário mencionar que a reforma é, também ela, suscetível de pressões. No caso das cotas e da expansão no número de vagas universitárias pelo REUNI, por exemplo, uma grande resistência às mudanças parte, conforme dito anteriormente, do bloco biopolítico de poder, mas também da própria comunidade universitária.

Uma parte considerável dos professores universitários e dos funcionários ligados aos sindicatos se posiciona contra a expansão e a abertura da universidade aos muitos por influência do corporativismo que toma conta desses aparelhos bu-

rocráticos. Mobilizando argumentos relativos ao mérito, alegam, de modo reacionário, que a universidade brasileira perderá sua excelência se for aberta à enorme multidão excluída.

Contra esse argumento podemos afirmar:

*A liberdade do nômade, nas universidades estatais, deve vir de fora para dentro, a partir da máquina de produção social para furar as cercas que protegem os privilégios dentro dos aparelhos de controle do saber, em seus moldes de reprodução e de conservação das relações sociais vigentes. Nômades, como o movimento dos pré-vestibulares para negros e carentes ou os movimentos culturais dos jovens oriundos da segregação urbana, produzem o território público. As políticas afirmativas constituem um instrumento fundamental para abrir o espaço cercado do poder (acadêmico) ao território público do saber (universal) (Rede Universidade Nômade, 2004).*

No entanto, conforme foi dito e reiterado ao longo dessa exposição, o governo do presidente Lula assumiu de forma integral o desafio de reformar as instituições brasileiras de ensino e, sobretudo, as universidades.

Nesse sentido, é necessário esclarecer que todo o processo está sendo acompanhado, no caso brasileiro, por um aumento maciço no valor total dos investimentos, que vão desde a verba para a expansão das universidades, até o aumento do número de bolsas concedidas (com reajuste dos valores envolvidos) e subsídios para que os estudantes mais pobres possam concluir os estudos, o que aqui chamamos de “direito à permanência”. Portanto, ressalte-se, aliado a uma crítica do modelo disciplinar, há um movimento de valorização, ampliação e democratização do conhecimento.

## **Conclusão**

Em primeiro lugar, no tocante aos direitos sociais, espero ter sido possível explicitar a urgente questão material que sua produção encerra. Os problemas relativos ao acesso devem ser entendidos, neste sentido, em sua relação concreta com a constituição dos direitos, uma vez que sua efetivação passa inevitavelmente pela luta dos movimentos (e dos muitos desorganizados). Em outras palavras, a produção dos direitos só será efetiva se for acompanhada de uma luta que faça com que eles sejam materialmente garantidos em termos de reconhecimento, mas também de acesso.

Por outro lado, e isso vale tanto como uma tentativa de sintetizar o raciocínio ora desenvolvido, como também para formular uma questão a ser desenvol-

vida futuramente, seria oportuno contrapor à autonomia dos movimentos sociais europeus – seja no que diz respeito ao movimento estudantil, seja no que está relacionado ao trabalho precário – a autonomia de governo existente no Brasil. Autonomia que é introduzida por cima, mas que nem por isso é menos democrática.

Pelo contrário, se considerarmos um governo tanto mais democrático quanto for sua capacidade de se deixar atravessar pelos muitos, organizados ou não, a reforma da universidade e, de maneira mais ampla, as políticas sociais (e, ao mesmo tempo, produtivas) do governo Lula representam, em certa medida, a produção do novo operada pelos atuais movimentos sociais, que unem em uma mesma dinâmica a luta e a produção, constituindo valores, vidas e mundos.

Nesse sentido, a “rebelião contra o poder constituído”, para usar as palavras de Michael Hardt (2009), assume, no Brasil atual, a forma de uma anti-representação, de um atravessamento do governo pelas múltiplas questões colocadas pelos movimentos, ainda que, muitas vezes, isso resulte em hesitação e paralisia.

Com efeito, o governo Lula tem se deixado levar constantemente pelos muitos que compõem a sociedade brasileira. E, apesar do dramático esgotamento do processo de desenvolvimento nacional, aponta para as bases de uma sociedade materialmente mais democrática e permeável à constituição operada por eles.

A esse respeito, buscou-se afirmar aqui a potente singularidade do caso brasileiro, no qual os movimentos, organizados ou não, têm tido o mérito de se fazer ouvir quase sempre, e de uma forma inédita na história do país. Caso cuja especificidade, no entanto, se deve também, e principalmente, à capacidade do governo Lula de introduzir um grau de abertura e multiplicidade inovadoras para a democracia, e não me refiro aqui apenas ao Brasil.

Retomo, portanto, à guisa de conclusão, a observação presente no início de texto, que dizia que os constrangimentos que caracterizam um país desigual e subdesenvolvido como o Brasil, ao mesmo tempo em que constituem um enorme desafio a ser superado, abrem no tempo histórico linear a possibilidade de um salto para o futuro e a constituição de um tempo próprio, criativo e múltiplo como a própria multidão.

### **Referências:**

AA. VV. *Università Globale. Il nuovo mercato del sapere*. Roma: Manifestolibri, 2008.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. *Universidade Nova: Textos críticos e esperançosos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007.

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e Cidadania*. Produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Introdução a Maurizio Lazzarato e Antonio Negri, *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

COCCO, G.; GALVÃO, A.; SILVA, G. *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos IV*. Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global Editora, 2006.

GOMES, L. N.; MARTINS, A. A (orgs). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. São Paulo: Autêntica, 2006.

HARDT, Michael. Thomas Jefferson ou a transição da democracia. *Revista Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia* n. 27, jan-abr de 2009, p. 11-27.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade Racial no Brasil*. Evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio. *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARX, Karl. *Grundrisse*. Londres: Penguin Books, 1993.

MOULIER-BOUTANG, Yann. *Le capitalisme cognitif, La nouvelle Grande Transformation*, Paris: Editions Amsterdam, 2007.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

REDE UNIVERSIDADE NÔMADE. Manifesto *Para uma universidade nômade*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.edu-factory.org/images/stories/universidade-nomade.pdf> Acesso em 15/05/09.

TOLEDO, Francisco de Assis. Prisão especial: direito ou privilégio? *Revista CEJ*, Brasília, n. 15, set-dez 2001, p. 64-72. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/revista/numero15/mesaredonda52.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2009.

■.....**Pedro Barbosa Mendes** é graduado em Ciências Sociais e mestrando em Serviço Social pela UFRJ; é membro da rede Universidade Nômade.

